



GT Educação Profissional, Ensino Médio e Educação Integral em Ibero-américa

O IMPACTO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL E EM PORTUGAL

EL IMPACTO DE LA INTERNACIONALIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN EN LA POLÍTICA DE EDUCACIÓN INTEGRAL EN BRASIL Y EN PORTUGAL

Zoraia Aguiar Bittencourt, UFFS, Erechim, RS, Brasil

RESUMO EXPANDIDO

A implementação da agenda neoliberal combinada com o que se denomina globalização acarretou uma grande alteração na correlação de forças entre poderes nacionais e organizações multilaterais, ou seja, realocizou certos atores internacionais em uma posição de maior força do que atores e mesmo Estados nacionais. O presente trabalho apresenta uma análise de duas políticas educacionais presentes nas escolas públicas do Brasil e de Portugal que emergem desse processo de internacionalização da educação (AKKARI, 2011) e que apresentam semelhanças entre as formas de produção, gestão, monitoramento, avaliação e prestação de contas pelos governos de cada país. Nessa perspectiva, esta pesquisa pretende avaliar as políticas *Escola a Tempo Inteiro*, de Portugal, e *Programa Mais Educação*, do Brasil, como políticas educacionais voltadas à Educação Integral nas escolas dos dois países, debatendo as possíveis articulações entre os processos micropolíticos e as instâncias macro. O aporte metodológico está baseado na *Abordagem do Ciclo de Políticas*, de Bowe, Ball e Gold (1992) e busca analisar a correlação entre os três contextos originais pelos quais circulam as políticas – Contexto de Influência, Contexto da Produção do Texto e Contexto da Prática –, percorrendo os impactos da internacionalização nas políticas educacionais e explicitando as disputas de grupos de interesse na formulação dos documentos orientadores. Para análise do Contexto de Influência, foi realizada uma revisão de literatura, além de cinco pesquisas de Estado de Conhecimento (MOROSINI; FERNANDES, 2014) em renomados repositórios científicos do Brasil e de Portugal, totalizando a análise de 108 publicações, entre artigos, dissertações e teses. Em relação ao Contexto da Produção do Texto, foram analisadas 35 legislações portuguesas e cinco leis brasileiras. Para conhecer o Contexto da Prática, foram realizadas 30 entrevistas com professores portugueses e brasileiros envolvidos nesses programas governamentais de Educação Integral sobre os desafios da implantação do *Programa Mais Educação* (PME) e da *Escola a Tempo Inteiro* (ETI). Os resultados da pesquisa apontam que o PME e a ETI resultaram de encontros internacionais, como a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em 1990 em Jomtien, na Tailândia, na qual, em consonância com uma educação pública voltada para o social, para a participação e para o comprometimento de todos, surge uma série de políticas educacionais de acesso escolar pensadas a partir do estabelecimento de parcerias para atingir metas difíceis de serem atingidas, principalmente por países que estão historicamente em desvantagem financeira e social. Para isso, Brasil e Portugal vêm adotando, como princípio para a melhoria da educação, um trabalho conjunto de todos os setores da sociedade para que se possa obter melhores resultados nos índices nacionais da educação e atingir o objetivo de fazer parte de um seleto grupo de países considerados pela OCDE como referência na área da educação. Ao analisar o Contexto da Produção do Texto, constata-se que tanto a ETI quanto o PME tiveram, como marcos



introdutórios, a promulgação da Lei de Diretrizes do Sistema Educativo (LBSE), em Portugal, e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no Brasil. Além disso, há ainda a proximidade histórica do surgimento, em documentos oficiais, da ideia de ampliação da jornada escolar, respectivamente em Portugal no ano 2006 e no Brasil em 2007. Apesar de serem países com histórico de governos centralizadores, a partir da década de 1990, constatou-se também que Portugal e Brasil, signatários de acordos internacionais, investem mais diretamente na descentralização das funções do Estado e na municipalização da educação, repassando aos municípios, e também a outras instituições públicas e privadas, grande parte da responsabilidade financeira e de gestão da ETI e do PME. Transborda, assim, também para o campo educacional, as novas relações entre governo e seus parceiros, as quais reduzem, cada vez mais, a responsabilidade do Estado na solução dos problemas sociais (FRANCO, 2003). Por fim, a partir das entrevistas realizadas com 30 professores portugueses e brasileiros, foi possível detectar a secundarização dos agentes imediatos da concretização destes projetos nas escolas, ficando evidente a existência de sujeitos que, no Contexto da Prática, presenciam e tentam diariamente romper com muitos desafios na implantação dessas políticas educacionais, bem como sentem necessidade de expor suas opiniões sobre como os governos locais poderiam tornar mais efetiva a ampliação dos horários, dos espaços e dos saberes escolares.

PALAVRAS-CHAVE: Internacionalização da educação; Políticas educacionais; Educação Integral; Brasil; Portugal.

REFERÊNCIAS:

AKKARI, A. **Internacionalização das Políticas Educacionais:** Transformações e Desafios. Petrópolis: Vozes, 2011.

BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools:** case studies in policy sociology. London: Routledge, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: 1996.

FRANCO, A. Três Gerações de Políticas Sociais. Separata da **Revista Aminoácidos**, n. 5, Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.trela.com.br/arquivo/Trs-geraes-de-politicas-sociais>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014.

PORTUGAL. Lei de Bases do Sistema Educativo. Lei nº 46/86, de 14 de outubro de 1986. Portugal: Diário da República, 1986.